



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Exercícios comentados para fixação do aprendizado.
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





SEDUC-RS

**SEDUC-RS - SECRETARIA DE ESTADO DA
EDUCAÇÃO - RIO GRANDE DO SUL**

**Professor
Letras/Português**

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº
01/2025**

**CÓD: OP-022JL-25
7908403576852**

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos de gêneros variados, multimodais e gêneros digitais; Informações literais e inferências; Coesão e coerência: mecanismos linguísticos e semânticos; estruturação do texto e dos parágrafos	9
2. Norma-padrão e variações linguísticas: usos sociais da linguagem	17
3. Gêneros e tipologias textuais.....	19
4. Semântica e pragmática: construção de sentidos, conotação e denotação, polissemia, homonímia e paronímia	26
5. Figura de linguagem em	28
6. Elementos da comunicação e funções da linguagem	32
7. Fonética, fonologia, ortografia e acentuação gráfica conforme o Acordo Ortográfico	35
8. Morfossintaxe: estrutura e formação de palavras, função textual dos vocábulos, classes gramaticais, tempos e modos verbais.....	38
9. Sintaxe do período: coordenação e subordinação, nexos semânticos e sintáticos, equivalência e transformação estrutural ...	46
10. Concordância Nominal e Verbal.....	50
11. Regência Nominal e Verbal	52
12. Crase	53
13. Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto.....	54
14. Colocação pronominal	55

Conhecimentos Pedagógicos

1. A gestão escolar democrática e o trabalho coletivo: o professor como agente transformador	67
2. Projeto educativo: fundamentos e concepções didático-pedagógicas contemporâneas em articulação com o currículo.....	67
3. Metodologia de ensino	68
4. Processos de avaliação	70
5. Educação Inclusiva: princípios, políticas públicas e práticas pedagógicas com foco na equidade	71
6. Organização do tempo e do espaço na prática pedagógica: intencionalidade, acessibilidade	76
7. Promoção de aprendizagens significativas	78
8. Planejamento pedagógico, mediação docente e avaliação formativa	79
9. Educação Ambiental e Educação para as Relações Étnico-Raciais e de Gênero: fundamentos legais, abordagens críticas e práticas pedagógicas interseccionais no contexto escolar	81
10. O Projeto Político-Pedagógico (PPP): fundamentos, elaboração participativa, implementação e avaliação contínua à luz da gestão democrática.....	84
11. Currículo, avaliação e práticas pedagógicas: articulação com a BNCC, o RCGEM e os direitos de aprendizagem	87
12. Tendências pedagógicas contemporâneas: fundamentos e práticas das abordagens críticas, interdisciplinares, híbridas e colaborativas na educação básica	94
13. Função social da escola pública: garantias legais do direito à educação, papel na redução das desigualdades sociais e na formação cidadã dos sujeitos	96
14. Formação integral e competências socioemocionais: fundamentos, objetivos e implicações pedagógicas	99

Conhecimentos Específicos

Professor - Letras/Português

1. Ensino e aprendizagem da gramática: abordagem normativa, descritiva e reflexiva no contexto escolar.....	107
2. Linguagem: uso, funções, análise; língua oral e escrita; variações linguísticas e aspectos socioculturais.....	110
3. Leitura e produção de textos em ambientes digitais: gêneros digitais e competências digitais na linguagem.....	110
4. Compreensão, interpretação e análise crítica de textos verbais, não verbais e multimodais de gêneros variados.....	110
5. Tipologias e gêneros textuais: estrutura composicional, estilos e funções sociais; textualidade, coesão, coerência, informatividade e condições de produção.....	113
6. Processos de leitura, compreensão e interpretação textual: inferência, argumentação, intertextualidade e análise linguística; o texto como objeto de descrição linguística, de análise textual e discursiva.....	113
7. Fonética e fonologia da língua portuguesa.....	115
8. Ortografia oficial, incluindo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.....	115
9. Morfossintaxe; Sintaxe do período: coordenação e subordinação, nexos semânticos e sintáticos, equivalência e transformação estrutural.....	115
10. Pontuação.....	115
11. Semântica e estilística: elementos da comunicação, funções da linguagem e figuras de linguagem.....	115
12. Literatura brasileira: movimentos, gêneros, autores e obras representativas; leitura crítica e estética.....	115
13. Teoria literária: categorias, escolas e gêneros literários, Narratologia, Poética, Estética e Estilística, Intertextualidade e função social da literatura.....	123
14. A literatura na formação leitora e cidadã no Ensino Fundamental e Médio.....	129
15. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Referenciais Curriculares.....	131
16. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).....	132
17. Teoria da Avaliação Escolar: competências e habilidades em Língua Portuguesa.....	132

Conteúdo Digital

Legislação da Educação

1. Constituição da República Federativa do Brasil –promulgada em 5 de outubro de 1988, Artigos 5º, 37 ao 41, 205 ao 214, 227 ao 229, e suas atualizações.....	4
2. Lei Federal n.º 8.069, de 13/07/90 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e suas atualizações.....	15
3. Lei Federal n.º 9.394, de 20/12/96 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas principais atualizações....	55
4. Lei Federal n.º 10.639 de 2003, Lei Federal n.º 11.645/2008 e Resolução CNE/CP n.º1/2004 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.	74
5. Lei Federal n.º 10.098/2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.....	75
6. Lei n.º 13.005/ 2014 – Plano Nacional de Educação.....	79
7. Resolução CNE/CP n.º 2, de 22 de dezembro de 2017 – Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular e Resolução CNE/CP n.º 4/2024 formação docente alinhada à BNCC.....	94
8. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica – Resolução n.º 4, de 13 de julho de 2010.....	109
9. Resolução n.º 7, de 14 de dezembro de 2010 – Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.....	119
10. Lei n.º 14.191, de 3 de agosto de 2021 – Dispõe sobre a modalidade de Educação Bilíngue de Surdos.....	126

11. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	127
12. Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	145
13. Resolução n.º 04, de 02 de outubro de 2009 – Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – Modalidade Educação Especial	147
14. Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999 – Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências	148
15. Resolução n.º 2, de 15 de junho de 2012 – Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental	152
16. Resolução n.º 363, de 10 de novembro de 2021 – Estabelece as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul	155
17. Lei n.º 13.597, de 30 de dezembro de 2010 – dá nova redação à Lei n.º 11.370, de 9 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, cria o Programa Estadual de Educação Ambiental, e complementa a Lei Federal n.º 9.795, de 27 de abril de 1999.	164
18. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007)	168
19. Lei n.º 14.705, de 25 de junho de 2015 – Institui o Plano Estadual de Educação (PEE) do Rio Grande do Sul em cumprimento ao Plano Nacional de Educação	169
20. Parecer n.º 126/2016 – Diretrizes Operacionais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino	198
21. Cadernos Pedagógicos: Direitos Humanos em Educação – Série PDE/Programa Mais Educação (2013)	201
22. Resolução n.º 1, de 17 de junho de 2004 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	203
23. Parecer CNE/CP n.º 16, de 05 de junho de 2012 – Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola	203
24. Parecer CEED/RS n.º 323/1999 – Institui as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para o Sistema Estadual de Ensino	245
25. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	254
26. Lei n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020 – Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)	255
27. Resolução CEB n.º 2, de 7 de abril de 1998 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental	269
28. Resolução CNE/CEB n.º 3, de 21 de novembro de 2018 – Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio	270
29. Resolução CEB n.º 3, de 10 de novembro de 1999 – Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências	279
30. Portaria MEC n.º 1.432, de 28 de dezembro de 2018 – Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio	280
31. Resolução n.º 365, de dezembro de 2021 – Institui normas complementares para oferta do Ensino Médio e suas modalidades no Sistema Estadual de Ensino	283
32. Resolução n.º 0361, de 3 de novembro de 2021 – Institui o Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Médio (RCGEM)	290
33. Lei n.º 6.672, de 22 de abril de 1974 – Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do Rio Grande do Sul	290
34. Lei n.º 15.451, de 17 de fevereiro de 2020 – Altera a Lei n.º 6.672	304
35. Marco Legal da Primeira Infância – Lei nº 13.257/2016	313
36. Política Nacional de Alfabetização (PNA) – Decreto nº 9.765/2019	319

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS, MULTIMODAIS E GÊNEROS DIGITAIS; INFORMAÇÕES LITERAIS E INFERÊNCIAS; COESÃO E COERÊNCIA: MECANISMOS LINGÜÍSTICOS E SEMÂNTICOS; ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

— Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

— Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

— Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

— Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

– Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

— Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

– Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

– Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

– Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

3. Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

4. Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

5. Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

– Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do

meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

– Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve sua ideia com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

– Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

2. Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

3. Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

4. Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

– Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, leva o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

Exemplo indutivo: “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de tela prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

5. Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: “Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo.”

– Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: “além disso”, “também”, “ademais”.

- Para contrastar ideias: “no entanto”, “por outro lado”, “todavia”.

- Para concluir: “portanto”, “assim”, “logo”.

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

– Exemplos Práticos de Argumentação

- **Texto Argumentativo (Artigo de Opinião):** Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- **Texto Literário:** Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

– Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

1. Avalie a pertinência dos argumentos: Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?

2. Verifique a solidez da lógica: O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?

3. Observe a diversidade de fontes: O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E O TRABALHO COLETIVO: O PROFESSOR COMO AGENTE TRANSFORMADOR

A gestão escolar democrática e participativa constitui um dos fundamentos essenciais de uma educação voltada para a cidadania, para a justiça social e para a construção coletiva do conhecimento. Essa concepção rompe com modelos autoritários e centralizadores de administração educacional e propõe uma organização escolar baseada na escuta, na corresponsabilidade, no diálogo e na transparência. Mais do que um modelo de gestão, trata-se de uma prática política e pedagógica que envolve todos os sujeitos da comunidade escolar – direção, coordenação pedagógica, professores, estudantes, funcionários, pais e responsáveis – na tomada de decisões e na construção do projeto educativo da escola.

A democratização da gestão pressupõe a participação efetiva dos diversos segmentos escolares nos processos de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas e administrativas. Para isso, é necessário criar e fortalecer espaços institucionais de diálogo, como conselhos escolares, grêmios estudantis, associações de pais e mestres, assembleias, reuniões pedagógicas e audiências públicas. Esses espaços, no entanto, não devem ser meramente formais ou burocráticos, mas ambientes de escuta ativa, de construção de consensos e de reconhecimento da diversidade de vozes que compõem a escola. A gestão participativa requer, portanto, tempo, investimento e formação dos sujeitos para a prática do diálogo democrático.

Internamente, a gestão escolar democrática se expressa na valorização do trabalho coletivo, na horizontalidade das relações, na construção de um ambiente escolar acolhedor e na articulação entre os diferentes setores da escola. Isso significa promover o planejamento participativo, garantir a circulação de informações, respeitar os diferentes pontos de vista e incentivar o protagonismo dos profissionais da educação. A coordenação pedagógica e a equipe gestora, nesse modelo, atuam como articuladores das ações, mediadores de conflitos e facilitadores de processos formativos. A escuta das demandas dos professores e estudantes, a clareza nos critérios de organização e a coerência entre discurso e prática são condições indispensáveis para consolidar uma cultura democrática no interior da escola.

Outro aspecto fundamental da gestão democrática é a relação com a comunidade. A escola pública, como instituição social, deve estar aberta ao diálogo com o território em que se insere, reconhecendo as famílias, os movimentos sociais, as organizações comunitárias e as instituições locais como parceiros no processo educativo. Essa relação não deve se restringir à convocação de reuniões pontuais, mas se constituir como vínculo permanente, pautado na confiança, na corresponsabilidade e na valorização dos saberes e experiências das famílias e da comunidade. A

abertura da escola à participação externa amplia sua legitimidade, fortalece sua função social e contribui para que o currículo escolar dialogue com a realidade e viva pelos estudantes.

A articulação entre escola e comunidade também favorece a construção de projetos pedagógicos contextualizados, o desenvolvimento de ações intersetoriais e a ampliação das redes de apoio à aprendizagem. A escuta das famílias permite à escola compreender melhor as condições concretas de vida dos alunos e elaborar estratégias mais eficazes de inclusão, permanência e sucesso escolar. A gestão democrática, nesse sentido, promove uma nova cultura de participação, que ultrapassa a lógica da queixa ou da cobrança e se transforma em envolvimento propositivo, diálogo permanente e compromisso coletivo com a formação das novas gerações.

Portanto, a gestão escolar democrática e participativa não é apenas uma diretriz normativa presente nas legislações educacionais brasileiras – como a Constituição Federal de 1988, a LDB (Lei nº 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação –, mas um princípio ético e político que orienta a organização da escola como espaço público de formação cidadã. Ela demanda mudança de postura dos gestores, formação contínua das equipes, construção de vínculos e valorização da escuta como prática pedagógica. Ao assumir essa perspectiva, a escola se torna mais transparente, mais justa e mais coerente com os ideais de uma educação emancipadora, capaz de promover sujeitos críticos, solidários e comprometidos com a transformação da sociedade.

PROJETO EDUCATIVO: FUNDAMENTOS E CONCEPÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS EM ARTICULAÇÃO COM O CURRÍCULO

O projeto educativo é um instrumento importante para a organização do trabalho pedagógico na escola. Ele consiste em um conjunto de princípios, objetivos, metas e estratégias que orientam as ações educativas da instituição.

As concepções didático-pedagógicas, por sua vez, referem-se às diferentes formas de compreender e abordar o processo de ensino e aprendizagem. Elas envolvem desde a forma como o conhecimento é construído até a forma como ele é transmitido e avaliado.

A escolha das concepções didático-pedagógicas que nortearão o projeto educativo é fundamental para o sucesso da instituição. Elas devem estar alinhadas com a realidade da escola e com as necessidades dos alunos, além de estar em consonância com as políticas educacionais vigentes.

Algumas das concepções didático-pedagógicas mais comuns são a tradicional, a renovada, a crítico-social dos conteúdos e a histórico-cultural. Cada uma delas possui características específicas e implicações diferentes para a organização do trabalho pedagógico.



– **A concepção tradicional**, por exemplo, tem como base a transmissão de conhecimentos por meio da exposição oral do professor e da memorização dos conteúdos pelos alunos. Já a concepção renovada busca uma abordagem mais participativa, com a valorização da experiência do aluno e do trabalho em grupo.

– **A concepção crítico-social** dos conteúdos, por sua vez, busca conectar o conhecimento escolar com a realidade social dos alunos, buscando desenvolver sua capacidade de reflexão crítica e de transformação da sociedade.

– **A concepção histórico-cultural** enfatiza a importância do desenvolvimento da linguagem e da cultura na construção do conhecimento.

Independentemente da concepção didático-pedagógica escolhida, é importante que ela esteja presente no projeto educativo de forma clara e objetiva. Além disso, é importante que os professores estejam alinhados com ela e que possam implementá-la de forma coerente e consistente em sala de aula.

Em resumo, o projeto educativo e as concepções didático-pedagógicas são fundamentais para a organização do trabalho pedagógico na escola. É preciso que eles estejam em sintonia para que a instituição possa cumprir sua função social de forma efetiva e garantir a formação integral dos alunos.

CONCEPÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS E A PRÁTICA EDUCATIVA

para adentrarmos no tema, faz-se primeiramente importante diferenciar os conceitos de *práticas pedagógicas* e *práticas educativas*, que, em geral, são abordados como se designadores do mesmo assunto. As práticas educativas dizem respeito aos esforços empenhados para que os processos de ensino se efetivem, enquanto as práticas pedagógicas estão relacionadas a tudo que envolve o âmbito social no sentido de se concretizar os processos pedagógicos. Assim, entende-se que pedagogia e educação, apesar de estarem mutuamente articuladas, são propriedades distintas. Epistemologicamente, a educação pode ser conceituada como o objeto de estudo sobre o qual a pedagogia se debruça. Já sob um ponto de vista ontológico, é possível afirmar que a educação consiste em um grupo de práticas sociais que representam e operam sobre a vida dos indivíduos, de forma difusa, profunda e aleatória.

A pedagogia, no que lhe concerne, pode ser entendida como uma prática social que visa à *organização* → *compreensão* → *transformação* das ações sociais educacionais que fundamentam e direcionam as práticas educativas. Dizer que as práticas pedagógicas são desempenhos que se executam visando à *organização* → *potencialização* → *interpretação* dos propósitos de um projeto educativo implica favorecer uma outra epistemologia pedagógica. Essa nova teoria tem natureza crítico-emancipatória, e conceitua a pedagogia como uma prática social direcionada por um raciocínio pautado na reflexão acerca do que se observa nas práticas educativas, assim como por uma concepção crítica do que a prática educativa pode significar.

De fato, as práticas pedagógicas estruturam-se de forma intencional para atender as dadas expectativas educacionais exigidas por uma determinada comunidade e da sociedade. Dessa forma, essas práticas lidam, em seu processo de elaboração, um impasse elementar: seus valores e sua representatividade são frutos de acordos sociais. Nesse sentido, elas enfrentam, em sua

construção, um dilema essencial: sua representatividade e seu valor advêm de convenções e decisões realizadas em coletivos, ou seja, de pactos sociais. Isso quer dizer que as práticas pedagógicas se estruturarem, elas progridem e se desenvolvem por *derrogação* a ordens ou por *coerção*.

As práticas educativas, por sua vez, compreendem projetos qualificadores do processo de aprendizado e auxiliam o progresso dos alunos. Elas envolvem projetos que qualificam o processo de aprendizagem e contribuem para o desenvolvimento dos alunos.

METODOLOGIAS DE ENSINO

¹O ensino tradicional é muito usado pelos professores de diversas disciplinas, tanto no ensino médio como no fundamental, muitas vezes pela falta de tempo do professor ir à busca de novidades, acaba optando por usar sempre a mesma metodologia, onde os alunos muitas vezes só escutam sem poder argumentar. Estas aulas fazem com que os alunos só copiem e decorem.

Segundo Sant'Anna (2016) é de conhecimento geral que a metodologia mais usada e muitas vezes única para ensinar em um ambiente escolar ainda é o giz e o quadro. O ensino baseado em um único estilo só atingiria um tipo particular de alunos, esquecendo-se dos outros, como por exemplo, os alunos visuais que aprendem mais facilmente vendo imagens ou fazendo-as em forma de esquemas, os auditivos que compreendem melhor se as informações forem passadas de forma oral, são alunos que escutam mais as aulas e leem em voz alta. Além disso, os sinestésicos aprendem melhor fazendo, por isso preferem aulas mais dinâmicas, com movimentos, experimentos que possam manipular.

O uso de estratégias metodológicas diversificadas tem ganhado destaque como uma possibilidade de ajuda para o aluno compreender e aprender os conteúdos abordados, desenvolvendo o conhecimento científico.

Nova metodologia implica o preparo do docente e a receptividade do discente, que muitas vezes, opta por não se abrir para o novo. No entanto, faz-se imprescindível os avanços da educação, para que se descubra o novo, proporcionando a abertura de novos caminhos. Com esse propósito, é necessário fazer uma observação profunda sobre as metodologias empregadas atualmente, para, a partir daí, propor novas vivências (XAVIER, 2018). O docente muitas vezes se deixa levar pela facilidade das aulas tradicionais, onde o aluno abre o livro e lê o conteúdo e responde as questões, sem nem mesmo poder argumentar o conteúdo lido.

— Metodologias Ativas

²Atualmente, entende-se que os procedimentos de ensino são tão importantes quanto os próprios conteúdos de aprendizagem. Portanto, as técnicas de ensino tradicional passam a fazer parte

¹<https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/20594/1/metodologiasdiferenciadasutilizadasensino.pdf>

² PAIVA, M.R.F.; PARENTE, J.R.F.; BRANDÃO, I.R.; QUEIROZ, A.H.B.; *Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem: Revisão Integrativa*. SANARE, Sobral - V.15 n.02, p.145-153, Jun./Dez. - 2016.



do escopo de teóricos não só da área da Educação, mas de toda a comunidade intelectual que busca identificar suas deficiências e buscam propor novas metodologias de ensino-aprendizagem.

As metodologias ativas de ensino-aprendizagem compartilham uma preocupação, porém, não se pode afirmar que são uniformes tanto do ponto de vista dos pressupostos teóricos como metodológicos; assim, identificam-se diferentes modelos e estratégias para sua operacionalização, constituindo alternativas para o processo de ensino-aprendizagem, com diversos benefícios e desafios, nos diferentes níveis educacionais.

Este estudo adotou a seguinte questão norteadora: “Como as metodologias ativas de ensino-aprendizagem vêm sendo utilizadas nos cenários de educação e quais são os benefícios e desafios de seu uso?”. Dessa forma, analisa-se, aqui, o uso das metodologias ativas de ensino-aprendizagem a partir de uma revisão interativa da literatura, com objetivos específicos:

- I) identificar os cenários de uso das metodologias ativas de ensino-aprendizagem;
- II) verificar as modalidades e estratégias de operacionalização das metodologias ativas de ensino-aprendizagem; e
- III) determinar os benefícios e desafios do uso das metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

As tendências do século XXI indicam que a característica central da educação é o deslocamento do enfoque individual para o enfoque social, político e ideológico. A educação ocorre durante a vida inteira, constituindo um processo que não é neutro. Um estudo propôs quatro pilares do conhecimento e da formação continuada, considerados norteadores:

- I) aprender a conhecer;
- II) aprender a fazer;
- III) aprender a conviver; e
- IV) aprender a ser.

Eles apontam um novo rumo para as propostas educativas e exprimem necessidades de atualização das metodologias educacionais da atual realidade.

O processo de ensino estabelece uma relação diferenciada com o educando, onde se observa uma trajetória de construção do saber e promoção da aprendizagem. Trata-se de uma relação “que ativa o processo de aprendizagem em função de capacidades particulares a adquirir”. A questão do ensino não se limita à habilidade de dar aulas, também envolve a efetivação de levar ao aprender. O vínculo entre aprendizagem e ensino não é causal, ou seja, o ensino não causa a aprendizagem nem desenvolve novas capacidades que podem levar à aprendizagem. Ensinar e aprender estão vinculados ontologicamente, assim, a significação do ensino depende do sentido que se dá à aprendizagem e a significação da aprendizagem depende das atividades geradas pelo ensino. Compreende-se que a aprendizagem necessita do saber reconstruído pelo próprio sujeito e não simplesmente reproduzido de modo mecânico e acrítico.

Até recentemente, observava-se pequena preocupação em relação às metodologias de ensino e acerca das consequências de seu uso. Destaca-se, aqui, uma célebre frase que traduz essa questão: enquanto os conteúdos do ensino informam, os métodos de ensino formam. Isso porque essa opção metodológica pode ter efeitos decisivos sobre a formação da mentalidade do aluno, de sua cosmovisão, de seu sistema de valores e, finalmente, de seu modo de viver. A metodologia utilizada pelo educador pode

ensinar o educando a ser livre ou submisso, seguro ou inseguro; disciplinado ou desordenado; responsável ou irresponsável; competitivo ou cooperativo.

O ensino e a aprendizagem ganham caráter dialético, isto é, de constante movimento e construção por aqueles que o fazem, onde ensinar está diretamente relacionado com o aprender: o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo.

O ensino exige rigor metodológico; pesquisa; respeito aos saberes dos educandos; criticidade; estética e ética; corporeidade das palavras pelo exemplo; risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação; reflexão crítica sobre a prática; reconhecimento e elevação da identidade cultural. Essas características atribuídas ao ensino se somam e são norteadoras de uma proposta educacional que recusa a educação e o ensino por uma visão simplória e, aqui, vista como errônea do ensino como mera transmissão de conhecimentos.

Quando o professor planeja sua atuação em sala de aula, adota uma postura de estar aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho - a de ensinar e não a de transferir conhecimentos. Essa conotação de ensino precisa ser compartilhada não apenas pelo professor, mas pelos alunos envolvidos no ensinar-aprender; além de uma compreensão, essa proposta de ensino exige constância e presença e vivência. O ensinar exige a consciência do inacabamento, da infinidade do processo de conhecer; onde a curiosidade e a postura ativa do educando são imprescindíveis para o processo de ensino-aprendizagem.

Alcança-se, então, a ideia de educação problematizadora em oposição à noção de educação bancária. Esse movimento não é de “enchimento” dos educandos com um conhecimento imposto; o caminho da educação problematizadora implica que o educando possa desenvolver seu processo de compreensão e participação do mundo em sua relação com a realidade e em transformação. Indicamos algumas das principais propostas que se inserem em uma perspectiva de metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

A ideia de uma educação problematizadora ou libertadora sugere a transformação do próprio processo de conhecer, nesse momento, insere-se a proposta da resolução de problemas como caminho para a construção do saber significativo. Compreende-se que a aprendizagem ocorre como resultado do desafio de uma situação-problema, assim, “a aprendizagem torna-se uma pesquisa em que o aluno passa de uma visão ‘sincrética’ ou global do problema a uma visão ‘analítica’ do mesmo - através de sua teorização - para chegar a uma ‘síntese’ provisória, que equivale à compreensão. Esse movimento de resolução de problemas exige a participação de professores e alunos de forma ativa durante todo o processo, cujo resultado final é, de fato, construído e a aprendizagem mostra-se significativa para os sujeitos protagonistas da ação”.

— Exemplos de Metodologias Ativas

³Aprendizagem baseada em problemas

A aprendizagem baseada em problemas, *project based learning* (PBL), tem como propósito fazer com que os estudantes aprendam através da resolução colaborativa de desafios. Ao explorar soluções dentro de um contexto específico de aprendizado, que pode utilizar a tecnologia e/ou outros recursos, essa metodologia incentiva a habilidade de investigar, refletir e criar para se a uma situação.

O professor atua como mediador da aprendizagem, provocando e instigando o aluno a buscar as resoluções por si só. O docente tem o papel de intermediar nos trabalhos e projetos e oferecer retorno para a reflexão sobre os caminhos tomados para a construção do conhecimento, estimulando a crítica e reflexão dos jovens.

Aprendizagem baseada em projetos

A aprendizagem baseada em projetos (que também é fundamentada na Aprendizagem baseada em Problemas) exige que os alunos coloquem a mão na massa ao propor que os alunos investiguem como chegar à resolução. Um bom exemplo disso é o movimento *maker*, “faça você mesmo”, que propôs nos últimos anos o resgate da aprendizagem mão na massa, trazendo o conceito “aprendendo a fazer”.

Aprendizagem entre times

A aprendizagem entre times, *team based learning* (TBL), tem por finalidade a formação de equipes dentro da turma, através do aprendizado que privilegia o fazer em conjunto para compartilhar ideias.

O professor pode trabalhar essa aprendizagem através de um estudo de caso ou projeto, para que os alunos resolvam os desafios de forma colaborativa. Dessa forma, eles aprendem uns com os outros, empenhando-se para formar o pensamento crítico, que é construído por meio de discussões e reflexões entre os grupos.

Sala de aula invertida

A sala de aula invertida, *flipped classroom*, pode ser considerada um apoio para trabalhar com as metodologias ativas, que tem como objetivo substituir a maioria das aulas expositivas por extensões da sala de aula em outros ambientes, como em casa ou no esporte.

Nesse modelo, o estudante tem acesso a conteúdo de forma antecipada, podendo ser online para que o tempo em sala de aula seja otimizado, fazendo com que tenha um conhecimento prévio sobre o conteúdo a ser estudado e interaja com os colegas para realizar projetos e resolver problemas. É uma ótima maneira de fazer com que o estudante se interesse pelas aulas e participe ativamente da construção de seu aprendizado, ao se beneficiar com um melhor planejamento de aula e com a utilização de recursos variados, como vídeos, imagens, e textos em diversos formatos.

Ensino Híbrido

O ensino híbrido consiste na união do ensino tradicional e presencial com aquele a distância (EaD). O uso da tecnologia no ensino facilita o contato do aluno com o conhecimento, permitindo que o estudante busque fontes, informações e dados online rapidamente com a finalidade de complementar o que foi dito em sala.

Gamificação

O objetivo da gamificação é trazer a experiência dos jogos para o ensino. O ponto principal dessa metodologia é fazer com que os alunos entrem em uma competição saudável, estimulando o pensamento “fora da caixa” e a motivação e a dedicação para o estudo.

As possibilidades para desenvolver metodologias ativas de ensino-aprendizagem são múltiplas, a exemplo da estratégia da problematização, do Arco de Margueret, da aprendizagem baseada em problemas (*problem-based learning* - PBL), da aprendizagem baseada em equipe (*team-based learning* - TBL), do círculo de cultura. Vale esclarecer que outros procedimentos também podem constituir metodologias ativas de ensino-aprendizagem, como: seminários; trabalho em pequenos grupos; relato crítico de experiência; socialização; mesas-redondas; plenárias; exposições dialogadas; debates temáticos; oficinas; leitura comentada; apresentação de filmes; interpretações musicais; dramatizações; dinâmicas lúdico-pedagógicas; portfólio; avaliação oral; entre outros.

PROCESSOS DE AVALIAÇÃO

As práticas avaliativas na educação envolvem uma variedade de sujeitos, objetos e métodos, cada um desempenhando um papel crucial no processo de ensino-aprendizagem. A compreensão detalhada desses componentes é essencial para a implementação de avaliações eficazes e significativas que promovam o desenvolvimento integral dos alunos.

Os sujeitos da avaliação são os principais atores envolvidos no processo avaliativo, incluindo alunos, professores, gestores escolares e, indiretamente, pais e responsáveis. Os alunos são os principais sujeitos da avaliação, pois são os que estão sendo avaliados em termos de seu conhecimento, habilidades e competências. Eles participam ativamente do processo, tanto como receptores de feedback quanto como autoavaliados de seu próprio aprendizado.

Os professores são os responsáveis pela aplicação e elaboração das avaliações. Eles desempenham um papel fundamental na interpretação dos resultados e no fornecimento de feedback construtivo. Os professores também utilizam as avaliações para ajustar suas práticas pedagógicas e apoiar o desenvolvimento dos alunos. Os gestores escolares, incluindo diretores e coordenadores pedagógicos, utilizam os resultados das avaliações para tomar decisões estratégicas sobre currículos, metodologias de ensino e políticas educacionais.

Eles também garantem que as práticas avaliativas estejam alinhadas com os objetivos educacionais da instituição. Pais e responsáveis, embora não estejam diretamente envolvidos na criação ou aplicação das avaliações, são partes interessadas

³ <https://novaescola.org.br/conteudo/11897/como-as-metodologias-ativas-favorecem-o-aprendizado>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor - Letras/Português

ENSINO E APRENDIZAGEM DA GRAMÁTICA: ABORDAGEM NORMATIVA, DESCRITIVA E REFLEXIVA NO CONTEXTO ESCOLAR

Abordagem Normativa: Regras e Prescrição da Língua

A **abordagem normativa** da gramática é, historicamente, a mais tradicional no ensino de Língua Portuguesa. Fundamentada na ideia de correção linguística, ela busca apresentar aos alunos um conjunto de regras que regulam o “bom uso” da língua, tendo como modelo a **norma-padrão** — variedade prestigiada, geralmente associada à escrita formal, aos registros acadêmico e jurídico, e às produções institucionais.

Conceito e fundamentos da gramática normativa

A gramática normativa não descreve o funcionamento da língua em sua totalidade, mas seleciona, entre os usos existentes, aqueles considerados corretos ou aceitáveis de acordo com os padrões culturais e institucionais. Seu foco é, portanto, **prescritivo**, estabelecendo como o falante “deve” usar a língua.

Essa abordagem se baseia em uma concepção hierárquica das variedades linguísticas, onde a norma culta é vista como a expressão mais legítima da língua. É a norma que aparece:

- em livros didáticos;
- em provas de concursos públicos e vestibulares;
- em documentos jurídicos e administrativos;
- na produção acadêmica

A gramática normativa organiza conteúdos como:

- ortografia e acentuação;
- regência verbal e nominal;
- concordância;
- uso da crase;
- colocação pronominal;
- pontuação normativa;
- emprego de tempos e modos verbais.

Justificativa para o ensino da norma-padrão

No contexto escola, o ensino da norma padrão é considerado importante por razões práticas e institucionais:

- **Acesso a bens culturais e acadêmicos:** o domínio da norma-padrão facilita a leitura e a produção de textos formais.
- **Inclusão socioprofissional:** a linguagem formal é exigida em processos seletivos, entrevistas e concursos.
- **Avaliações externas:** exames como o Enem, os vestibulares e as provas de concursos utilizam como referência a norma-padrão.

Nesse sentido, o ensino da gramática normativa é, muitas vezes, uma exigência do próprio sistema educacional e das instituições sociais, o que não deve ser ignorado pelo professor.

Críticas pedagógicas à abordagem normativa

Apesar de sua importância institucional, a abordagem normativa enfrenta críticas contundentes por parte da linguística contemporânea e da pedagogia crítica. Entre as principais objeções, destacam-se:

1. Distanciamento da realidade dos alunos: ao privilegiar uma variedade linguística distante da fala cotidiana de muitos estudantes, a gramática normativa pode reforçar a exclusão linguística e social.

2. Ensino mecânico e descontextualizado: muitas vezes, as regras são ensinadas por meio de exercícios repetitivos e desprovidos de sentido comunicativo, o que dificulta a aprendizagem significativa.

3. Estigmatização de variedades linguísticas legítimas: a imposição da norma-padrão como única forma “correta” pode gerar preconceito linguístico contra formas regionais, populares ou informais de expressão.

4. Desconexão com os usos reais da língua: a língua é dinâmica, viva, e muitas formas não normativas são perfeitamente funcionais em contextos específicos.

Exemplos de conteúdos tratados sob a abordagem normativa

Uso da crase:

Usa-se crase antes de palavras femininas que exigem preposição “a” e aceitam o artigo definido feminino “a”.

Exemplo: “Entregou a carta à diretora.” (preposição + artigo = crase)

Concordância verbal:

Norma: o verbo deve concordar em número e pessoa com o sujeito.

Exemplo: “Os alunos chegaram cedo.” (verbo no plural para sujeito plural)

Regência verbal:

Norma: o verbo exige determinada preposição.

Exemplo: “Assisti ao filme.” (assistir no sentido de ver exige preposição “a”)

A abordagem normativa no concurso público

Nos concursos, o domínio da norma-padrão é indispensável. Questões de gramática tradicional são comuns em bancas como FGV, CESPE/CEBRASPE, FCC, e outras. O candidato precisa reconhecer e aplicar as regras normativas com precisão, especialmente em provas objetivas e discursivas.

Contudo, mesmo em concursos, há uma tendência de contemplar o uso contextualizado da língua, o que exige do candidato **reflexão gramatical além da memorização de regras**.

Abordagem Descritiva: A Língua como Objeto de Observação

A **abordagem descritiva** da gramática representa uma ruptura com o modelo tradicional normativo. Em vez de prescrever regras de certo ou errado, ela busca **descrever os usos reais da língua**, tal como ela é efetivamente empregada pelos falantes em diversos contextos. Trata-se, portanto, de uma abordagem científica, fundamentada na linguística moderna, que vê a língua como um fenômeno social, variável e dinâmico.

Fundamentos da abordagem descritiva

A gramática descritiva parte de um princípio fundamental: **não existe uma única forma correta de falar ou escrever**, mas diferentes formas que variam conforme:

- a situação comunicativa (formal ou informal),
- a região geográfica,
- a classe social,
- a faixa etária,
- o grupo cultural a que pertence o falante.

Essas variações são estudadas por áreas como a **sociolinguística** e a **dialetologia**, que reconhecem a legitimidade das diferentes formas de uso da língua. Essa perspectiva entende que as chamadas “variedades não padrão” não são erros, mas **modos legítimos de expressão**, com regras próprias.

Norma culta, norma padrão e variedades linguísticas

É fundamental distinguir entre alguns conceitos frequentemente confundidos:

- **Norma culta:** variedade usada por falantes escolarizados em situações formais, mas que pode admitir variações.
- **Norma padrão:** conjunto de regras estabilizadas e codificadas em gramáticas e dicionários; é o modelo de referência para a escrita formal.
- **Variedades linguísticas:** diferentes formas de falar existentes em uma comunidade, com base em fatores sociais, geográficos e contextuais.

A abordagem descritiva não ignora a norma-padrão, mas propõe que ela **não seja imposta como única forma válida**, e sim estudada em diálogo com outras formas de uso da língua.

Aplicações no contexto escolar

No ensino da língua portuguesa, a abordagem descritiva contribui para uma **educação linguística mais inclusiva e crítica**, ao:

- valorizar os saberes linguísticos dos alunos;
- promover o respeito às diferenças de fala;
- desenvolver a consciência sobre o funcionamento da língua em diferentes contextos;
- incentivar o aluno a perceber que diferentes situações exigem registros distintos (fala com amigos x redação acadêmica).

Exemplos de atividades com abordagem descritiva

1. Análise de variações linguísticas:

Comparar frases como:

- “Os menino foi na escola.”
- “Os meninos foram à escola.”

Discutir: Quem fala assim? Em que situações? Qual é a forma esperada em uma redação escolar?

Estudo de registros diferentes:

1. Leitura comparativa entre uma receita culinária falada em vídeo de YouTube e uma receita escrita em revista.
2. Análise de vocabulário, estrutura sintática e marcas de oralidade.

Observação de mudanças linguísticas:

1. Discussão sobre palavras em desuso ou neologismos (ex.: “cringe”, “ranço”, “streamar”).
2. Reflexão sobre o que isso revela sobre a língua e a cultura.

Implicações pedagógicas

O ensino com base na abordagem descritiva permite:

- maior engajamento dos alunos, ao reconhecer e valorizar sua forma de falar;
- desenvolvimento da **metalinguagem**, ou seja, a capacidade de refletir sobre a língua;
- formação de um sujeito crítico, consciente das relações entre linguagem, poder e identidade.

No entanto, é importante ressaltar que **ensinar a variedade padrão continua sendo um dever da escola**, pois ela é exigida em contextos acadêmicos e profissionais. A diferença é que, sob a perspectiva descritiva, o ensino da norma-padrão ocorre **sem desqualificar as demais formas de uso da língua**.

Abordagem Reflexiva: A Gramática a Serviço da Produção de Sentido

A **abordagem reflexiva da gramática** representa uma proposta contemporânea e crítica para o ensino da língua, e é a mais alinhada às diretrizes da **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Nessa perspectiva, o estudo da gramática não é fim, mas **meio para o desenvolvimento da competência comunicativa**, da compreensão leitora e da produção textual. Ensinar gramática, aqui, significa ajudar o estudante a refletir sobre os efeitos de sentido produzidos pelas escolhas linguísticas em diferentes gêneros e contextos de uso.

Fundamentos teóricos

A abordagem reflexiva dialoga com a linguística textual, a análise do discurso e a pedagogia crítica. Parte da premissa de que **a língua é um instrumento de interação social**, e que seus elementos formais (morfologia, sintaxe, pontuação, etc.) só fazem sentido quando analisados **em contexto**. Ela se opõe tanto ao ensino mecânico e descontextualizado da gramática normativa quanto à simples observação da língua feita pela abordagem descritiva.

Na BNCC (Ensino Fundamental – Língua Portuguesa), essa concepção aparece no eixo “**Análise linguística/semiótica**”, com foco na:

“*reflexão sobre o funcionamento da língua nos textos, com vistas à compreensão e à produção.*”

A gramática como recurso de leitura e escrita

Sob esse enfoque, os conteúdos gramaticais são mobilizados para:

- **melhorar a compreensão de textos:** por exemplo, entender o uso de tempos verbais em um artigo de opinião;
- **potencializar a escrita:** como empregar pontuação para criar efeitos de sentido em uma crônica;

• **avaliar os efeitos estilísticos das escolhas linguísticas:** como o uso de pronomes de tratamento pode indicar relações de poder ou respeito.

A gramática deixa de ser uma lista de regras a memorizar e passa a ser um **sistema funcional**, cuja exploração permite ao aluno tomar decisões mais conscientes sobre a linguagem.

Estratégias didáticas na abordagem reflexiva

1. Análise de gêneros textuais: o estudo da gramática parte de textos reais — notícias, propagandas, contos, cartas, e-mails — que servem como ponto de partida para identificar estruturas linguísticas.

Exemplo: a análise de uma notícia permite discutir o uso de verbos no pretérito perfeito e o papel da voz passiva na impessoalidade e do texto.

2. Problematização linguística: apresenta-se ao aluno uma questão ou uma variação de estrutura que exige reflexão.

Exemplo: “Qual a diferença de sentido entre ‘A empresa contratou os funcionários’ e ‘Os funcionários foram contratados pela empresa?’”

3. Atividades de reescrita: propõem a reformulação de frases ou trechos com foco em adequação ao gênero ou à intenção comunicativa.

Exemplo: reescrever um parágrafo para torná-lo mais persuasivo, ajustando conectivos e tempos verbais.

4. Intervenção na produção escrita: o professor atua como mediador, orientando o uso adequado de elementos gramaticais com base nos objetivos do texto em produção (coerência, coesão, clareza).

Exemplos práticos

• **Concordância verbal:** o revisor de uma redação, ao perceber que há conflito entre o sujeito e o verbo, com o uso de pronomes da 1ª pessoa (“eu”, “nós”) aproxima o autor do leitor e cria um tom de envolvimento.

• **Pontuação:** refletir sobre o uso da vírgula em um título como “Vamos comer, crianças!” versus “Vamos comer crianças!”, discutindo como a pontuação altera o sentido.

Contribuições para o ensino-aprendizagem

A abordagem reflexiva:

• desenvolve a **consciência linguística**;
• articula o ensino da língua com o **uso real em práticas sociais**;

• favorece a **autonomia do aluno como produtor de texto**;
• estimula a **capacidade de análise crítica** da linguagem.

Além disso, ela permite que o ensino da gramática seja significativo, pois conecta os conteúdos linguísticos à vida cotidiana e às práticas discursivas reais.

Comparação Crítica entre as Abordagens: Limites e Possibilidades

O ensino da gramática pode assumir diferentes posturas metodológicas, cada uma com fundamentos, objetivos e implicações pedagógicas distintas. As abordagens normativa, descritiva e reflexiva não são mutuamente excluentes, mas complementares quando bem compreendidas e aplicadas. Nesta

seção, faremos uma análise crítica comparativa, destacando seus principais pontos fortes e limitações, além de discutir a viabilidade de uma proposta integrada no contexto escolar.

Gramática Normativa: Prescrição e Domínio da Norma-Padrão

Pontos positivos:

• É essencial para o domínio da escrita formal, requerida em vestibulares, concursos e vida acadêmica.
• Oferece segurança linguística em contextos que exigem o uso da norma culta

Limitações:

• Pode reforçar o preconceito linguístico se ensinada de forma excludente.
• Frequentemente é ensinada de maneira mecânica, descontextualizada e desmotivadora.
• Desconsidera a variação linguística e a dinamicidade da língua.

Quando utilizar:

• Em atividades que exigem a correção ortográfica e gramatical formal.
• Na preparação para avaliações externas e exames oficiais.
• Em oficinas de redação formal.

Gramática Descritiva: Observação e Valorização da Diversidade Linguística

Pontos positivos:

• Promove respeito à diversidade linguística e cultural dos alunos.
• Estimula a reflexão sobre o funcionamento real da língua.
• Combate o preconceito linguístico, ao legitimar variações linguísticas.

Limitações:

• Isoladamente, pode não preparar adequadamente os alunos para contextos que exigem a norma-padrão.
• Pode ser mal interpretada como permissividade linguística.

Quando utilizar:

• Em discussões sobre variação linguística, identidade, regionalismo e sociolinguística.
• Na análise de gêneros orais e informais.
• Para desenvolver consciência sobre os diferentes usos da língua.

Gramática Reflexiva: Função Comunicativa e Produção de Sentido

Pontos positivos:

• Articula forma e sentido, promovendo uso consciente da língua.
• Desenvolve competências de leitura e escrita com foco na comunicação.
• Incentiva a autonomia e a criticidade linguística dos alunos.

Limitações:

• Exige maior formação e preparo do professor para conduzir reflexões linguísticas complexas.

• Pode demandar mais tempo e planejamento para atividades contextualizadas e significativas.

Quando utilizar:

- Na leitura e produção de textos diversos.
- Em projetos interdisciplinares.
- Em práticas que envolvam reescrita, revisão e análise textual.

Proposta de integração equilibrada

Uma abordagem eficaz do ensino de gramática no contexto escolar deve buscar **integrar as três perspectivas:**

- **Normativa**, para assegurar o domínio da norma-padrão e garantir o acesso a bens culturais e oportunidades profissionais.
- **Descritiva**, para valorizar os conhecimentos linguísticos prévios dos alunos e combater o preconceito linguístico.
- **Reflexiva**, para desenvolver habilidades comunicativas, leitura crítica e autonomia na produção textual.

Essa integração permite que o ensino da língua portuguesa seja **tecnicamente sólido, socialmente justo e pedagogicamente significativo.**

O papel do professor

O professor é o mediador que deve saber **quando, como e por que aplicar cada abordagem**, de acordo com os objetivos de aprendizagem e o perfil da turma. Cabe a ele:

- Selecionar textos e atividades que promovam o diálogo entre norma e uso;
- Corrigir erros de forma formativa, explicando os contextos de uso;
- Estimular a curiosidade dos alunos sobre a língua e seus efeitos de sentido;
- Formar leitores e produtores de texto conscientes e críticos.

LINGUAGEM: USO, FUNÇÕES, ANÁLISE; LÍNGUA ORAL E ESCRITA; VARIAÇÕES LINGÜÍSTICAS E ASPECTOS SOCIOCULTURAIS

Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Língua Portuguesa

Bons estudos!

COMPREENSÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DE TEXTOS VERBAIS, NÃO VERBAIS E MULTIMODAIS DE GÊNEROS VARIADOS

Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Língua Portuguesa

Bons estudos!

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS EM AMBIENTES DIGITAIS: GÊNEROS DIGITAIS E COMPETÊNCIAS DIGITAIS NA LINGUAGEM

Gêneros Digitais: Características, Classificação e Funções Comunicativas

Os **gêneros digitais** são produções textuais que surgem e se desenvolvem em ambientes virtuais, aproveitando as possibilidades tecnológicas oferecidas pela internet e pelas interfaces digitais. Esses gêneros não apenas adaptam os modelos tradicionais à nova mídia, mas muitas vezes criam formas de comunicação inéditas, com linguagens, estruturas e finalidades específicas. Sua análise é essencial para compreender como os sujeitos se comunicam, informam, interagem e participam de práticas sociais no ciberespaço.

Conceito e natureza dos gêneros digitais

De acordo com Marcuschi (2005), os gêneros digitais se caracterizam por:

- **Interatividade:** permitem troca de mensagens, comentários, curtidas e compartilhamentos;
- **Multimodalidade:** integram texto verbal, imagens, áudios, vídeos, gifs e outros recursos;
- **Hipertextualidade:** estrutura em rede, com links que remetem a outros conteúdos;
- **Atualização constante:** possibilidade de edição, acréscimo ou remoção de conteúdo em tempo real;
- **Efemeridade e fragmentação:** muitos gêneros têm curta duração e são organizados em partes menores.

Esses aspectos exigem do leitor e do produtor textual **novas competências discursivas e tecnológicas**, como lidar com múltiplas linguagens simultaneamente e interpretar significados além do texto verbal.

Exemplos e classificação de gêneros digitais

Os gêneros digitais podem ser classificados de acordo com suas funções comunicativas, suportes e estruturas. Abaixo, uma seleção dos mais relevantes no contexto educacional e social:

1. **E-mail:** evolução da carta formal e informal. Utilizado em comunicações institucionais e pessoais.
2. **Blog e vlog:** espaços pessoais ou temáticos que permitem postagens periódicas com possibilidade de comentários.
3. **Postagem em redes sociais:** textos curtos ou multimodais, usados para compartilhar informações, opiniões, imagens e links (Instagram, Facebook, Twitter/X).
4. **Story e reel:** formatos curtos, temporários e altamente visuais, próprios de plataformas como Instagram e TikTok.
5. **Podcast:** gênero áudio-informativo, assemelha-se ao programa de rádio, mas com distribuição sob demanda.
6. **Comentário:** gênero interativo que se relaciona com outro texto, geralmente opinativo ou reativo.
7. **E-book e hipertexto educacional:** textos informativos ou literários em formato digital, com navegação hipertextual.

Marcas linguísticas e discursivas dos gêneros digitais

Além da multimodalidade e hipertextualidade, os gêneros digitais apresentam **recursos linguísticos e discursivos próprios:**

- **Emojis:** indicam emoções, ironia ou ênfase (substituem ou complementam elementos verbais);